

Fogaça anuncia projeto que muda papel do BC

Proposta visa a corrigir falhas na legislação que permitiram a ocorrência de crises como as que envolveram os bancos Nacional e Econômico, afirma o senador

Comissões fazem balanço da convocação

As comissões do Senado aprovaram, durante a convocação extraordinária de julho, um total de 17 pareceres, realizaram quatro reuniões extraordinárias, sendo três para exposições de autoridades, e aprovaram, em caráter terminativo, dois projetos de lei, que foram encaminhados à Câmara dos

Deputados. Estas informações constam de relatórios preparados pela Subsecretaria de Comissões da Secretaria Legislativa.

Página 3

NESTA EDIÇÃO

Ernandes cobra recursos para reforma agrária

Página 4

Senado coloca novos serviços na Internet

Mais sete serviços acabam de ser colocados pelo Senado Federal na Internet, permitindo aos usuários da rede no mundo inteiro dispor de mais informações sobre o Legislativo brasileiro.

Página 4

O senador José Fogaça (PMDB-RS) anunciou que apresenta nesta semana à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei objetivando a reorganização e reestruturação do Banco Central e a redefinição do seu papel junto ao sistema financeiro.

A proposição será apresentada pelo senador, na condição de relator da comissão de trabalho criada pelo presidente da CAE, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), destinada a elaborar projeto de lei para regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do sistema financeiro.

- Essa lei é da maior im-



José Fogaça

portância para o País por visar justamente a corrigir falhas da legislação atual que permitiram a ocorrência de crises como as que envolveram o Banco Nacional e o Banco Econômico e provocaram um prejuízo tão grande para o País e para o mercado - justifi-

cou o senador.

Fogaça afirmou que o projeto fixa o período de 12 meses, chamado de quarentena, para que o presidente do Banco Central ou qualquer membro da comissão diretora ou do conselho deliberativo do banco estatal fique sem prestar serviços a qualquer instituição financeira privada após o encerramento de mandato ou sua demissão pelo presidente da República.

Para o senador, os ex-diretores do Banco Central deverão continuar recebendo, durante a quarentena, os vencimentos integrais do cargo ocupado, garantindo-se com isso a preservação do interesse público.

Suplicy condena atentado à Embaixada da Nigéria

Pela liderança do PT, o senador Eduardo Suplicy (SP) manifestou sentimento de solidariedade à Embaixada da Nigéria, que foi alvo de atentado criminoso na madrugada da última quarta-feira, meia hora após a vitória daquele país contra o time de futebol brasileiro na Olimpíada de Atlanta. "Trata-se de um ato criminoso que não condiz com o espírito esportivo. É algo inadmissível", condenou Suplicy.

O senador sugeriu que o Senado se expresse sobre o epi-



Eduardo Suplicy

sódio através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e que o governo brasileiro providencie o conserto da garagem da embaixa-

da, onde foi jogada a bomba que provocou o incêndio.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) considerou o incidente "um ato de vandalismo contra uma embaixada que paga o preço apenas por uma disputa de futebol". O senador disse que a embaixada não merecia o que aconteceu e lamentou, juntamente com Eduardo Suplicy, a derrota do time brasileiro. Os senadores saudaram a vitória do time nigeriano, mas não deixaram de cumprimentar o time brasileiro.

Ademir reclama da ausência de Kandir

Senador diz que por duas vezes ministro do Planejamento não atendeu ao convite da Comissão da Amazônia a fim de debater Orçamento para o ano que vem

Burocratas desconhecem o Brasil, alerta Cabral

"Algumas autoridades do nosso País ficam trancadas em gabinetes refrigerados e não conhecem as peculiaridades de cada região", advertiu sexta-feira o senador Bernardo Cabral (PFL-



Bernardo Cabral

AM), ao condenar decisões governamentais tomadas sem a participação de representantes políticos mais conhecedores dos assuntos regionais. Por isso ele considerou significativo o convite que recebeu para participar, como convidado de honra, do 4º Simpósio Internacional sobre Ecossistemas Florestais (Forest 96), a realizar-se no dia 13 de agosto, em Belo Horizonte.

Na opinião do parlamentar, será uma oportunidade para "fazer um retrato sem retoque do que realmente se passa na região amazônica, saber se o fogo está consumindo toda a área, ameaçando o ecossistema, e saber se as queimadas têm o índice alarmante que se diz". Cabral entende que, se os parlamentares daquela região fossem chamados a opinar sobre as decisões governamentais, haveria mais coerência nessas decisões. "A realidade do tecnoburocrata é não entender o que se passa no País."

O senador disse que, em maio deste ano, enviou requerimento de informações ao ministro do Meio Ambiente, Gustavo

Krause, para que ele informasse qual a verdadeira extensão do desmatamento e dos incêndios ocorridos na Amazônia e quais as ações de prevenção, controle e combate desses atos de destruição. Embora esperasse que o ministro lhe enviasse explicações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para essas questões, Cabral diz que a resposta que obteve foi ler na imprensa que os desmatamentos continuam.

O senador também reconheceu que o pacote de medidas anunciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso - impondo uma moratória de dois anos no corte do mogno e da virola e limitando a 20% as áreas de desmatamento em propriedades - ganhará ampla repercussão internacional, mas insistiu em que a falta de conhecimento da realidade pode levar a medidas que serão desprezadas ou terão a indiferença dos atingidos.

Em aparte, Ademir Andrade (PSB-PA) disse que, no interior do Pará, não sentiu qualquer reação contra o pacote lançado pelo governo. Para ele, isso significa que quem está explorando madeira e desmatando vai continuar agindo como sempre. Ernandes Amorim (PMDB-RO) considerou drásticas as medidas adotadas por Fernando Henrique.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou o fato de o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, não ter atendido, por duas vezes, ao convite para comparecer à Comissão da Amazônia, sob a alegação de já ter assumido compromissos para as datas estabelecidas pelos senadores. Segundo Ademir Andrade, a comissão, criada pelo Senado para elaborar uma política de desenvolvimento para a região, quer discutir com o ministro o Orçamento da União para 1997, antes do envio da proposta ao Congresso Nacional.

O senador esclareceu que a comissão tem dois objetivos: a longo prazo, o de compor tudo o que já foi criado e falado sobre a Amazônia, unindo os documentos existentes e tentando expressar o pensamento coletivo sobre a região, a fim de estabelecer metas para um desenvolvimento participativo que integre a população à riqueza e preserve o meio ambiente; o outro objetivo, de curto prazo, é interferir no dia-a-dia da Amazônia, tornando-se um fórum de debates sobre questões do momento, tais como o garimpo de Serra Pelada e o Orçamento.

- Em função desse objetivo de interferência imedia-



Ademir Andrade

ta, a comissão convidou o ministro para um debate. Queremos discutir com ele o que está previsto no Orçamento para a região, apresentar sugestões, interferir no processo. Se o ministro não vier antes do envio do Orçamento ao Congresso, será dispensável a sua presença na comissão - observou o senador.

Ademir Andrade criticou a forma pela qual é feito o Orçamento, "a sete chaves, apenas por técnicos do Executivo que não têm vivência política, sem nenhuma participação do Legislativo ou dos governadores".

O senador aproveitou para informar que, no próximo dia 8, a comissão irá ouvir o depoimento do governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, sobre o plano de desenvolvimento auto-sustentável do estado.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ERNANDES AMORIM E VALMIR CAMPELO

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Comissões aprovam 17 pareceres e 2 projetos durante convocação

Órgãos técnicos também convocaram e ouviram diversas autoridades, entre as quais o ministro das Comunicações

Durante a convocação extraordinária de julho, as comissões do Senado aprovaram um total de 17 pareceres, realizaram quatro reuniões extraordinárias, sendo três para exposições de autoridades, e acatarem, em caráter terminativo, dois projetos de lei, encaminhados à deliberação da Câmara dos Deputados. Os dados constam de relatórios preparados pela Subsecretaria de Comissões da Secretaria Legislativa do Senado Federal.

Os projetos aprovados terminativamente são de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) e concedem isenção de impostos às pequenas e microempresas. Foram examinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi vitorioso o parecer do relator, senador Bello Parga (PFL-MA).

Uma das audiências públicas foi realizada para ouvir o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, sobre o projeto de privatização da telefonia celular, numa reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Serviços de Infra-



Durante o mês foram realizadas 4 reuniões extraordinárias

Estrutura (CI) com a CAE. O projeto, depois aprovado pelo plenário da Casa, foi relatado pelos senadores Hugo Napoleão (PFL-PI), na CI, Osmar Dias (PR), na CAE, e Ney Sussana (PMDB-PB), na CCJ.

O lançamento regional do relatório da ONU sobre o desenvolvimento humano internacional para 1996 foi objeto de reunião da CAE, com a presença dos expositores Fernando Zumbado, diretor do Escritório Regional do PNUD para a América Latina e Caribe, Antonio Cafiero, senador da Argentina, Beatriz Paredes, secretária-geral da Confederação Nacional Campesina do México, Ricar-

do Nuñez, senador do Chile, senadora Emília Fernandes (PTB-RS) e o deputado Franco Montoro.

Em outra reunião especial, a CAE ouviu a exposição da embaixadora da Polônia, Katarzyna Skórzynska, sobre as relações econômicas entre o seu país e o Brasil. A comissão especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia aproveitou o período extraordinário para reunir-se.

Ainda durante a convocação extraordinária, três comissões mistas foram instaladas, para examinar e emitir parecer sobre medidas provisórias.

Para Fogaça, estabilidade tem alcance social

O senador José Fogaça (PMDB-RS) conclamou sexta-feira os políticos brasileiros, no plenário do Senado, a uma "reflexão sobre o alto interesse social da política de estabilidade do real", no momento em que a Argentina enfrenta uma "dura prova", com a mudança no comando de seu programa de estabilização econômica. Graças a reservas cambiais da ordem de 60 bilhões de dólares, enfatizou o parlamentar gaúcho, o governo brasileiro está mantendo a estabilidade e o poder de compra da moeda nacional, com grandes e positivos reflexos, notadamente para as camadas mais pobres da população, que há dois anos conseguem comprar sua cesta básica de produtos alimentícios com pouco menos de 70 reais.

Na avaliação de Fogaça, "toda política econômica busca obter determinados resultados e paga um preço por isso". Os juros altos, para atrair investidores, a contenção das exportações para garantir o abastecimento do mercado interno, juntamente com uma administração das variáveis que controlam as taxas de crescimento econômico, formam uma política que visa a preparar o País para uma futura retomada estável e firme de seu ritmo de desenvolvimento, disse.

Dentro desse quadro, acrescentou o senador gaúcho, a estratégia brasileira de formação de reservas cambiais firmes e respeitáveis, hoje na casa dos 60 bilhões de dólares, tem "um profundo significado social", sendo importante não apenas para os empresários ou as elites, mas principalmente para as camadas mais humildes da população, que não enfrentam mais a erosão de seus salários, concluiu.

Em apartes, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM) apoiaram Fogaça.

Eleição de suplentes volta à pauta

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) tentará convencer o plenário do Senado Federal de que é constitucional e pode ser aprovado o projeto de sua autoria que dá aos eleitores o direito de escolher os suplentes de senador. Segundo ele, a proposta, tida como inconstitucional pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é pertinente e não fere os preceitos da

Carta.

Diferentemente da vinculação feita ao titular na eleição do vice-presidente da República, dos vice-governadores e vice-prefeitos, a Constituição não define com clareza como deve ser eleito um suplente de senador, cabendo, portanto, uma regulamentação da matéria - garantiu Suplicy, ao explicar que, pelo projeto de sua autoria, os eleitores escolherão entre

quatro nomes apresentados pelo partido os dois que se tornarão suplentes.

Essa fórmula, na opinião de Suplicy, faria com que só ocupasse uma cadeira do Senado quem tivesse recebido votos para isso. Conforme disse, o projeto, com o apoio de outros nove senadores (como exige o Regimento, em face da rejeição pela CCJ), irá a plenário ainda em agosto.

Ernandes cobra recursos para reforma agrária

Para o senador, as recentes medidas que reduziram o desmatamento das propriedades rurais de 50 para 20% são irrealistas e beneficiam apenas as regiões mais ricas do País

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) afirmou sexta-feira que não há coerência entre o discurso e as ações do governo federal. Ao mesmo tempo em que alardeia o assentamento de 60 mil famílias, disse, o governo não aloca recursos para o Inca. Ernandes observou que, em Rondônia, nos municípios de Ariquemes, Buritis e Campos Novos, seis fazendas foram desapropriadas no governo José Sarney e até hoje os assentamentos não foram implantados por falta de recursos.

O resultado, segundo o senador, é o agravamento dos



Ernandes Amorim

problemas fundiários no estado. Com 2 milhões de habitantes e 50% de suas terras localizadas em reservas indígenas,

Rondônia registrou na quinta-feira a invasão de cerca de 500 famílias de sem-terra numa fazenda do município do Jarú, informou.

No entendimento de Ernandes Amorim, as recentes medidas reduzindo o desmatamento das propriedades rurais na região de 50 para 20% revelam incompreensão da realidade local e atendimento a pressões de organizações internacionais por parte do governo federal. As medidas, para o senador, beneficiam apenas as regiões mais ricas do País, que têm a região Norte como "uma colônia consumidora de seus

produtos".

Ernandes Amorim registrou também que solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de uma auditoria sobre a aplicação dos recursos federais recebidos pelo governo de Rondônia, especialmente os destinados à construção da BR-364 e de uma penitenciária e à compra de ambulâncias. Segundo o senador, o TCU constatou irregularidades e desvios. Ernandes adiantou, ainda, que vai requerer a instalação de uma CPI para apurar a destinação dada pelo governo estadual aos recursos federais.

O Senado Federal acaba de colocar mais sete serviços na Internet, permitindo aos usuários dessa rede dispor, no mundo inteiro, de mais informações sobre o Legislativo brasileiro. Buscando o endereço eletrônico www.senado.gov.br, a pessoa poderá acessar um resumo do *Diário do Senado*, com uma síntese das atividades diárias da instituição - projetos aprovados, discursos, debates e decisões em geral. Acessa também o *Jornal do Senado*, publicação diária elaborada pela Secretaria de Comunicação Social, com matérias sobre todos os acontecimentos da Casa.

O *Diário do Senado* e o *Jornal do Senado* são encontrados no menu desta Casa do

Novos serviços do Senado na Internet

Legislativo junto com vários outros serviços, entre os quais se encontram mais cinco novidades - a *Bibliografia Brasileira de Direito*, o texto integral da Constituição, o Cadastro da Administração Federal, o Relatório de 1995 da Presidência do Senado e o *Thesaurus* - vocabulário jurídico. E o Senado já estuda a possibilidade de pôr na Internet a *Ordem do Dia*, a fim de permitir aos parlamentares tomarem conhecimento, a qualquer momento, do que está prestes a entrar em votação.

A *Bibliografia Brasileira de Direito* traz referências bibliográficas de monografias, artigos e periódicos, em por-

tuguês ou em outros idiomas, editados no Brasil desde 1980. O texto da Constituição Federal acessado na Internet é conhecido como hipertexto, por trazer automaticamente todas as informações remissivas sobre os artigos procurados. O Cadastro da Administração Federal contém um banco de dados do Ministério da Administração e Reforma do Estado, com os nomes, telefones e fax de todos os titulares de órgãos da administração direta, indireta e fundações.

O Relatório de 1995 da Presidência do Senado, anualmente divulgado apenas em papel, está agora na Internet e resume as atividades da Casa no ano

passado, com um balanço de todas as matérias submetidas à deliberação dos senadores. O *Thesaurus* traz um índice de palavras para orientar pesquisas em bancos de dados jurídicos. Esse é um serviço que pode ser transferido para o arquivo do computador do usuário. O diretor executivo do Centro Gráfico do Senado, Claudionor Moura Nunes, disse que, ao acessar esses serviços, o usuário da Internet poderá solicitar uma cópia impressa do que deseja. O projeto de Código de Trânsito, apresentado há alguns dias em plenário, pelo senador Francelfino Pereira (PFL-MG), foi objeto de quase 50 pedidos de remessa do texto impresso, tendo se registrado também uma grande procura pelo texto da lei da telefonia celular.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade
Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amarel
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal